Investimento direto externo na Índia

2006. Ano 3 . Edição 25 - 3/8/2006

Luciana Acioly

A publicação da Unctad "Prospects for Foreign Direct Investment and the Strategies of Transnational Corporations, 2005-2008" revelou que apenas 25% das corporações transnacionais esperam realocar seus investimentos de alto conteúdo tecnológico. China, Estados Unidos e Índia aparecem como os preferidos para receber esse investimento. Com um crescimento médio de 6% entre 1992 e 2005, a inserção da Índia nos fluxos globais de investimento direto externo (IDE) tem sido crescente. Soma 33,6 bilhões de dólares de 1992 a 2004 - período em que o volume médio anual cresceu 20 vezes. A quantia ainda é modesta em relação ao tamanho da economia do país e à disponibilidade internacional. No entanto, a maior presença da Índia tem sido acompanhada por mudanças qualitativas na configuração e no papel do IDE, o que resulta da performance econômica e do quadro institucional montado para receber os capitais estrangeiros pós-crise de balanço de pagamentos de 1991.

A Índia tem suas especificidades. Após a independência do poder colonial britânico, em 1948, um terço do IDE estava concentrado no setor primário, e 1/4 na manufatura. Em 1995,83% dos investimentos externos produtivos eram voltados para a manufatura, E, a partir de então, vem crescendo a presença estrangeira na indústria de software e eletrônicos (15%),transportes (11,4%) e telecomunicações (10,5%) - em resposta à estratégia adotada de especializar a inserção internacional do país em serviços relacionados a tecnologia da informação (TI), centrais telefônicas, operadoras e pesquisa e desenvolvimento.

"Em que pesem as críticas, a Índia garantiu as três condições básicas para que a economia do país se transformasse numa das vedetes do IDE: crescimento econômico, estabilidade cambial e foco na política de atração de capitais externos produtivos"

A contribuição do IDE para a formação bruta de capital da Índia foi de 1,3% entre 1990 e 1996,e de 3,4% em 2004, o que representa menos de um terço da média asiática e dos países em desenvolvimento. O mesmo se pode dizer quanto ao estoque de IDE em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).Diferente da China, na Índia os investimentos têm preferido os serviços. Apenas uma parcela é dirigida a plantas produtivas que integram cadeias globais de produção. Dada a forte presença de grupos nacionais, a economia indiana possui, desde os anos 1990, empresas domésticas aptas a exportar - o que a distingue de muitas economias em desenvolvimento e em transição. Softwares e serviços relacionados receberam mais de 1,6 bilhão do exterior (47% do total), o que contribuiu para o setor se tornar o mais dinâmico exportador do país e gerar mais de 5

milhões de empregos em 2001 e 2002.As exportações concentram-se em poucas firmas, em sua maior parte de propriedade indiana.

Em resposta à crise da dívida em 1991, o governo procurou estabilizar a economia e promover a política de liberalização e as reformas estruturais recomendadas pelo FMI. Naquele contexto, foi estabelecida uma nova política para o capital estrangeiro, em substituição ao Foreign Exchange Regulations Act (Fera), de 1973, para dar maior espaço às empresas transnacionais. A adesão às reformas liberalizantes, no entanto não foi completa. Os controles de capitais foram relaxados vagarosamente, incluindo a maior liberdade aos fluxos de portfólio e a substituição do regime cambial fixo pelo câmbio com "flutuação suja". No caso do IDE, vários analistas vêem problemas relativos à entrada de empresas estrangeiras no setor elétrico, à liquidação de empresas "quebradas" e à existência de setores ainda vetados a não-residentes. O *Foreign Investment Promotion Board* continua a controlar administrativamente o ingresso de investimentos não previstos pelo "manual de procedimentos e política industrial".

Em que pesem as críticas, a Índia garantiu as três condições básicas para que a economia do país se transformasse numa das vedetes do IDE: crescimento econômico, estabilidade cambial e foco na política de atração de capitais externos produtivos.

Luciana Acioly é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61) 2026-5334